

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

CURSO DE PEDAGOGIA

NAYARA PITA DIAS

A RELAÇÃO FAMÍLIA ESCOLA:

FUNDAMENTO E CUMPRIMENTO DAS REGRAS

MARINGÁ

2015

NAYARA PITA DIAS

**A RELAÇÃO FAMÍLIA ESCOLA:
FUNDAMENTO E CUMPRIMENTO DAS REGRAS**

Trabalho de Conclusão de Curso – TCC,
apresentado ao Curso de Pedagogia da
Universidade Estadual de Maringá, como
requisito parcial obtenção do grau de
licenciado em Pedagogia.

Orientação: Prof. Dr. Raymundo de Lima

MARINGÁ

2016

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Deus primeiramente por ser meu criador, e até aqui ter me conduzido, fazendo com que eu tivesse perseverança mesmo em meio há tantas adversidades.

Aos meus amados pais Rosimeire Pita e Valdir Dias, pelo amor, encorajamento e pela a imensa ajuda para que eu concluísse a graduação, sem eles nunca teria chegado até aqui.

A minha querida avó Clarice Corimbava Pita, que em sua simplicidade sempre deu apoio com palavras de carinho e alento.

Ao meu amor Dione Luis Masquio, pela paciência e dedicação, proporcionando segurança e calma ao meu coração.

Às minhas amigas de graduação Renata, Tarcila, Lilian e Vanessa que em todo tempo me deram incentivo e amizade, e a minha grande amiga Danielle, que mesmo longe estava ao meu lado sempre disposta a me ajudar.

E por fim, ao meu querido orientador Raymundo de Lima por sua dedicação, paciência e prestatividade que dedicou ao longo da elaboração do trabalho, o meu muito obrigado.

DIAS, Nayara, Pita. **A relação família escola:** Fundamentos e cumprimentos das regras. 2015. 20f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2015.

RESUMO: O termo regras, dentro do contexto educacional, é motivo de indagações e críticas uma vez que essas delimitam as ações praticadas. A indisciplina dentro da sala de aula pode tornar-se crônica, com efeitos negativos no processo de ensino e aprendizagem, se não for tomada uma ação pedagógica. Este estudo sistemático pretende compreender a relação da família e escola, e a implantação e cumprimento das regras, descrevendo a importância da preservação das mesmas em ambas as instituições. Partimos do seguinte pressuposto: cabe à família formar a base da disciplina e a efetivação das regras. Para esse estudo serão levantados e utilizados alguns pressupostos teóricos que abordam esse problema, entre eles Yves de La Taille e Rosely Sayão.

Palavras-chave: Regras. Indisciplina. Civilidade. Educação familiar

ABSTRACT: The rules term within the educational context is subjected to questions and criticisms as it restricts the actions. The indiscipline in a classroom can become chronic if a pedagogical action is not taken. This systematic study aims to understand the family and school relationship, implementation and compliance with the rules, by describing the importance of preserving the rules within the family and school environment. We start from the following assumption: it is the family that forms the basis of discipline and effectiveness of the rules. For this study it will be selected and used some theoretical assumptions that address this problem, including Yves de La Taille and Rosely Sayão.

Keywords: Rules. Indiscipline. Civility. Family education.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	6
2 MORAL E ÉTICA: CONCEITUAÇÃO, DISTINÇÃO OU PROBLEMATIZAÇÃO.....	9
3 DESEQUILIBRIO FAMILIAR: UM PROBLEMA PÓSMODERNO?.....	14
4 A ESFERA ESCOLAR: PRESSUPOSTOS E POSSÍVEIS SOLUÇÕES PARA A INSERÇÃO DE REGRAS	18
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	23
REFERÊNCIAS	25

1 INTRODUÇÃO

O tema a ser abordado tem sido atualmente considerado como uma “pedra no sapato” de educadores e pais no que se diz respeito à transmissão e cumprimento de regras. Alunos sem preceitos básicos de convivência, com dificuldade para assimilar regras de civilidade, tendem a ter um comportamento inadequado principalmente em sala de aula, causando assim vários efeitos negativos no processo de ensino e aprendizagem. Em princípio, parece que tal dificuldade para assimilar modos de convivência civilizada está associado à educação moral ou ética.

Conforme La Taille,

[...] A dimensão moral da criança tem de ser tratada desde a pré-escola e se estender por toda a trajetória do aluno. O trabalho pode ser feito de forma simples ou sofisticada, não importa: o que a escola não pode é silenciar. (LA TAILLE 2002 *apud* MIRANDA; NEGREIROS, 2002).

Indisciplina, moralidade, princípios, regras, valores, virtudes, são categorias que pertencem à tradição da sociedade civilizada; portanto, a educação consiste de os mais velhos e educadores (pais, professores) apresentarem o mundo aos recém-chegados, observa Hanna Arendt (1972). Nesse sentido, as crianças e jovens demandam a “autoridade” dos educadores, que são representantes do “mundo” construído, ou seja, o mundo da cultura e das relações humanas civilizadas. A carência de uma destas categorias e a falta de autoridade, na época contemporânea, representa que tanto a cultura como a autoridade estão em crise, cujo efeito pode ser danoso às novas gerações (ARENDR, 1972 ; tb. FRANCISCO, 2006, p.33). Desse modo, é necessário que possamos compreender que o que deve estar em pauta no processo educativo não são as regras ao estilo da disciplina militar, mas sim, as regras imprescindíveis como forma de inculcar preceitos e valores para se viver bem em sociedade.

Para compreendermos tal temática faz-se necessário resgatarmos o significado de regras, moral, ética, civilidade, bem como a contextualização histórica destes preceitos, que pretendemos realizar durante este trabalho de conclusão de curso.

Para aprofundar sobre o uso ou não das regras de civilidade no contexto familiar e escolar contemporâneo, faz-se interessante analisarmos o que termo moral associado com às regras advindas de determinada cultura; assim a moralidade está relacionada aos conceitos e valores adquiridos, isto é, às regras são resultados de tudo que é considerado moralmente correto numa determinada sociedade e seu tempo.

A categoria da moralidade é conceituada como:

Conjunto de regras de conduta ou hábitos julgados válidos, quer universalmente, quer para grupo ou pessoa determinada. O conjunto das nossas faculdades morais; brio, dignidade. (FERREIRA, 2010, p.516).¹

O tema escolhido, portanto, se enquadra perfeitamente na atualidade, onde pais parecem se esquivar da responsabilidade de efetivamente educar os filhos, talvez porque convivem com uma profunda crise de autoridade que está disseminada no todo da sociedade, e/ou porque eles revelam falta de vocação para exercer a função diferenciada de pai e de mãe (ainda, a desculpa de falta de tempo para educar os filhos sempre é posta para justificar esta falta de responsabilidade). Um dos efeitos desta desresponsabilidade familiar quanto ao ato educativo parece criar nos pais a expectativa de que cabe aos professores o árduo trabalho educativo, que seria um trabalho para além da escolarização, função precípua da escola.

De acordo com Negreiros e Miranda (*apud* LA TAILLE, 2006) se faz necessário compreendermos que a falta de disciplina de alguns alunos tem raízes ligadas a deficiência [*déficit*] de princípios a serem transmitidos para a criança, ou seja, pais

¹ Na próxima seção, iremos distinguir moral e ética.

ausentes (fisicamente) e pais ausentes-presentes (psicológica e moralmente) se esquivam de “educar” se apoiando na justificativa da falta de tempo, ou o tempo que estes filhos passam dentro de uma sala de aula ser maior que o tempo que ficam em seus lares. As autoras ainda explicitam que estamos inseridos em um contexto sócio-cultural carente de regras e limites; crianças se encontram sem referências ou ‘bons’ exemplos, deixando-as perdidas e desnutridas de civilidade e moralidade. De acordo com La Taille (2006) é preciso ir para além das regras, porque estão mais para consequência. Ou seja,

(...) quando uma lei exterior resolve até os mínimos conflitos, cria-se uma sociedade infantil. Já a formação ética, em vez da simples normatização, discute as relações com outras pessoas, as responsabilidades de cada um e os princípios e valores que dão sentido à vida. (LA TAILLE, 2006, p.28).

De acordo com Sayão (2010), a interferência dos pais no cotidiano da convivência familiar, mais as normas e regras impostas na escola, podem efetivamente formar uma educação integral, para além dos conteúdos do currículo. Mas a realidade vem demonstrando que a educação e limites são falhos no contexto familiar contemporâneo, refletindo diretamente na esfera escolar, onde o professor lida com crianças e adolescentes que não assumem sua condição de “sujeito” de aprendizagem previsto pelo currículo escolar. Não raro, existem alunos que parecem não saber para que serve a escola e por que estudar, e nem da importância para assimilar as regras de convivência dentro e fora da escola..

Portanto, a partir do pressuposto organizado anteriormente, o objetivo geral deste estudo sistemático (pesquisa) é compreender a importância da inclusão de regras de convivência no contexto infantil, tanto em família como na escola. As fontes bibliográficas serão provenientes da filosofia (ética), psicologia, pedagogia, antropologia, a fim de verificar como a inclusão de regras interfere no desenvolvimento infantil; ainda, pretendemos analisar como ocorre a objetivação das regras dentro da família e da escola e compreender as inferências – ou falta – destas [regras] no desenvolvimento intelectual do indivíduo no futuro.

2 MORAL E ÉTICA: CONCEITUAÇÃO, DISTINÇÃO OU PROBLEMATIZAÇÃO

Os termos moral e ética são imprescindíveis para que compreendamos a temática proposta. Para Imbert (2001) os referidos conceitos podem ser definidos e conceituados por suas diferenças a partir de Aristóteles, no Livro II da *Ética a Nicômaco*. A palavra ética vem do grego *êthos*, que o filósofo distingue de *éthos*, que se aproxima da palavra latina *mor, mores*, ou moral, hábito moral. Portanto, a distinção sutil destes dois termos ocorre na origem das palavras gregas, marcadas apenas pela diferença de acento (^ e ´). Assim, “moral” vem do latim e “ética” tem origem na Grécia Antiga.

Há autores que aproximam a ética e a moral, para significar “modo de ser”, “hábitos bons”, “disposição ou tendência para atos bons”; “auto-controle racional das paixões”, “comportamento virtuoso”. Mas, outros autores observam que ética é a ciência que tem como objeto os juízos de valor, por exemplo, distinguem o bem e o mal. Ainda, é próprio da ética ser universal, por exemplo, “não matar”. E a moral é historicamente datada, com origem na cultura, e suas normas e sanções mudam de acordo com as transformações da sociedade, sempre refletindo a visão do mundo e os interesses das elites. Desse modo, o que é moral para um grupo social pode não ser para outro. Por exemplo, a família prometer a que sua filha irá se casar com o filho de outra família. Este é um princípio moral (ou costume considerado bom) para a sociedade da Índia, e inaceitável para as sociedades do Ocidente. Desse modo, os filósofos Hilton Japiassu e Danilo Marcondes dicionarizam ética e moral nos seguintes termos:

Diferentemente da *moral*, a *ética* está mais preocupada em detectar os princípios de uma vida conforme a *sabedoria* filosófica, em elaborar uma reflexão sobre as razões de se desejar a justiça e a harmonia e sobre os meios de alcançá-las [...]. Em sentido mais estrito, a moral diz respeito aos costumes, valores e normas de conduta específicos de uma sociedade ou cultura (...). (JAPIASSU; MARCONDES, 1991, p.90 e 172).

Por outro lado, acompanhando Imbert (2001), o qual propõe analisar a ética no campo educativo, o termo ética seria a liberdade do indivíduo de transcender o senso

comum, e desse modo o termo vai além da sociedade que impõe costumes. Nesse sentido, a moral é possível se desenvolver a singularidade do sujeito, o respeito a si próprio em equilíbrio com os outros. Porque, do lado da ética, só é verdadeiramente assumida quando a afirmação para si da liberdade ou escolha livre e racional procura conviver com a liberdade do outro (IMBERT, 2001, p.18). A *moral*, por sua vez, ao invés da liberdade, exige ordem e disciplina; procede à identificação e à classificação; seu domínio é o do previsível, do simplificado e do controlável. Neste sentido, Arheim (*apud* IMBERT, 2001, p.19) afirma que a *moral* exclui o imprevisto, a desordem, a criação, mas implica na repetição, ou seja, a moral necessita de repetição de acontecimentos onde, se houver algo que saia do previsível, do controle, deixa de existir, e para que ocorra se faz necessário um todo, seguidores, pois além de ser previsível e automática, necessita de um grupo para ser transmitida e assimilada pelas pessoas.

É imprescindível que compreendamos que:

A ética questiona a unicidade e singularidade do sujeito.(...) e ela é o que permite a cada sujeito adquirir a 'discernibilidade', ou seja, a capacidade de ter uma apercepção crítica do mundo, a fim de não se deixar englobar, massificar (OURY,1986 *apud* IMBERT 2001, p.18).

A partir de tal afirmação podemos compreender o sentido diverso que uma palavra exerce sobre a outra: a *moral* visa o coletivo, e sempre está sob uma forma de submissão, ou seja, os valores de definir ente bem e mal, certo e errado, parecem estar presentes superficialmente, e só são acionados diante de um público, ou seja, a sociedade civilizada (a qual citaremos no decorrer desta temática), tornando o indivíduo refém à “prisão do pode ou não pode”, cheia de preceitos, que de fato não estão incutidos no sujeito, são apenas os “bons hábitos morais”.

Em vez de servir emancipação do indivíduo, para libertá-lo do meio que o envolve, [a moral] tem como função essencial transformá-lo em parte integrante de um todo e, por conseguinte, retira-lhe algo da liberdade de seus movimentos (DURKHEIM 1978 *apud* IMBERT, 2001, p.23).

Para que compreendamos como se dá a retirada desta liberdade devemos compreender o sentimento e o responsável por tal movimento. “(...) A construção da

moral inicia-se desde a mais tenra idade, de acordo com Durkheim (*apud* LA TAILLE, 2006, p.13). Para este sociólogo de orientação positivista, a moral acontece por intermédio do sentimento do sagrado, e de fusão de dois outros sentimentos: o medo decorrente do reconhecimento de uma força imensamente superior e a desejabilidade despertada por um ser portador de qualidades apreciáveis e indispensáveis. De acordo com tal concepção, podemos observar os aspectos afetivos envolvidos.(...) para Durkheim, ser moral é obedecer aos mandamentos de um “ser coletivo” superior que inspira o sentimento do sagrado por ser temido e desejável. (LA TAILLE, 2006, p.13,).

Desse modo, a moralidade está vinculada ao sentimento de atender a sociedade civilizada, portanto, para que o indivíduo se sinta civilizado e incluso é necessário se colocar à mercê das regras de moralidade impostas pela própria sociedade. De acordo com tal abordagem o indivíduo se inclui como praticante de preceitos morais, por uma condição afetiva. Entretanto, podemos questionar: será que esta ‘submissão’ é transmitida de forma passiva ou existem conflitos internos ou subjetivos para que ocorra tal aceitação?

Por um lado, o indivíduo quer a ela se submeter, pois sabe que esse é o preço a ser pago para viver em sociedade e se civilizar. Por outro, ele reluta fortemente em fazê-lo, pois tal submissão implica perda de liberdade, e, portanto, renúncia a saciação de desejos. (LA TAILLE, 2006, p.13).

Observa-se, portanto, a relutância de submeter-se a tais princípios uma vez que faz parte da natureza humana questionar. Ao problematizarmos a ética ou moral no âmbito da escola, fica explícito tal situação: a de relutância, e muitas vezes certa rebeldia (principalmente dos aprendizes) no que diz respeito a obedecer a algo. De acordo com Freud (*apud* LA TAILLE, 2006, p.13), muitos adultos seguem as leis morais apenas por medo de reprovação social ou institucional, o que para ele pode ser uma adoção incerta, ou seja, a qualquer momento pode haver uma rebelião contra tais preceitos e ser feito o oposto do que moralmente certo.

Partindo do pressuposto citado acima iniciaremos um estudo sistemático sobre a Moral, utilizando inicialmente de duas abordagens distintas as quais podem ser sintetizadas em dois caminhos, o primeiro voltado à dimensão afetiva e o último à dimensão racional.

Na abordagem voltada à racionalidade da moral, temos um cenário um pouco diferente do citado anteriormente, que, de acordo com La Taille (2006) o papel da razão é privilegiado e a autonomia do sujeito é possível,

A autonomia é a superação dessa moral da obediência a algo exterior ao sujeito, superação essa que se traduz tanto pela necessidade de reciprocidade nas relações (respeito mútuo, e não mais unilateral) quanto pela necessidade subjetiva de passar, para legitimá-los, os princípios e normas morais pelo crivo da inteligência. (LA TAILLE, 2006, p.16).

Na abordagem que enfatiza a afetividade, a heteronomia predominará, assim entenderemos que a partir de tal ideia o sujeito obedece a leis exteriores por motivos sentimentais. Já a última abordagem, racionalista, concebe o sujeito moral como ser pensante e decisivo, e assim pode-se constatar que sua autonomia moral é possível: porque ele sabe escolher entre o certo e o errado, o bem e o mal. E assim, este sujeito não se vê “obrigado” a cumprir normas, pois antes compreende o que é moralmente correto de forma lúcida e a escolha do bem com boa escolha. Entretanto, o nosso objetivo principal neste estudo não é de estabelecer teorias, mas sim compreender o que significa a educação moral para o indivíduo principalmente no ambiente familiar. Parece que de acordo com a concepção pautada na afetividade a moral não é algo que pode ser construído; antes o sujeito a recebe pronta e acabada, segundo Piaget (*apud* LA TAILLE).

(...) o ser autônomo somente legitima princípios e regras morais inspiradas pela reciprocidade, pela igualdade, pela equidade e pelo respeito mútuo (LA TAILLE, 2006, p.21).

Consideramos que, a partir de tal contextualização e tomando como referência primeira o significado da ética, a moral só pode ser autônoma quando vem

acompanhada da ética, porque parece que somente a ética tende a ser universal e uma disposição ou tendência que o ser humano tem para atos bons. Esta posição é reforçada por Imbert quando observa que “[...] a ética situa-se antes de qualquer conformidade moral; ela o precede na ordem do fundamento”. (IMBERT, 2001, p.16).

3 DESEQUILIBRIO FAMILIAR: UM PROBLEMA PÓSMODERNO?

Após a distinção entre moralidade e ética, faz-se necessário voltarmos ao nosso foco principal, para analisarmos a relação da família e a escola contemporâneas, principalmente no que diz respeito aos fundamentos e cumprimentos de regras, uma vez que para alguns quando abordada tal temática a confundem com uma posição conservadora ou autoritária. Pretendemos demonstrar o quanto este tema deve ser prudentemente tratado em nossa época: a relação entre família, educação e a moral.

Um dos ensaios de Lima (2009) aborda sobre o declínio da figura do pai [sistema patriarcal] e como seus efeitos vem afetando o desenvolvimento e “localização” da criança no seio da família e da sociedade. Sustentado por vários autores (CASTELS, 1999; HURSTEL, 1999; DORAIS, 1994, RAMIRES, 1997, etc) Lima, (op.cit.) observam que o declínio da autoridade do pai vem acontecendo desde a era Moderna até a contemporaneidade, período em que os efeitos parecem mais evidentes e perigosos. Ou seja, tais efeitos danosos são decorrentes de um desequilíbrio sem precedentes na família e na sociedade atual (LIMA, 2009, p.112). Tal desequilíbrio não é único e nem superficial na formação das novas gerações, que vêm revelando filhos carentes, ou com falta de amparo, carinho, cuidado dos pais ou responsáveis, causando-lhes até mesmo um sentimento de abandonados “num mundo sem coração”. Parece que reconhecer o declínio da autoridade paterna, como fato social durante este período, é fundamental para compreendermos um dos motivos da indisciplina das crianças e jovens de nossa época.

Muitas vezes vemos crianças e adolescentes faltando com o respeito, demonstrando indisciplina ou falta de educação com os pais e professores. Em vez de as criticarmos diretamente pela falta de educação, deveríamos nos perguntar: Onde está nela a imagem do pai? Que papel exerce a mãe em relação ao pai? É uma mãe que evoca a figura do pai, ou ela denega ou desqualifica o pai como figura imprescindível na estrutura familiar em nossa “modernidade líquida” (LIMA, 2009, p.114).

Se por um lado vivemos a era do “[...] pai-banana, frouxo, impotente, castrado na sua autoridade, quer na palavra, quer no ato educativo” [sic!], por outro, observamos uma mãe ‘posmoderna’ que efetivamente não ocupa o lugar deixado pela autoridade do

pai; porque ela também trabalha fora de casa ou porque não sabe como preencher este vazio de autoridade para efetivar um mínimo de orientação aos filhos, bem como também de respeito, obediência, empatia para ajudar nas tarefas domésticas, etc (LIMA, 2009, p.114).

Todavia, para Julien (1997, p. 29) a mãe “é capaz de tudo”; principalmente a mãe de nossa época (que estuda, tem uma carreira profissional, às vezes ganha um salário maior do que o do marido) tem “[...] uma influência decisiva sobre as crianças, influência que permanece nela e determina seu futuro” (JULIEN, 1997, p.29). Ou seja, “ a mãe é uma escola” [sic!]; sua função educativa pesa mais do que a função do pai, mesmo supondo o declínio do patriarcalismo. O autor francês, psicanalista, talvez exagera ao reclamar que a mãe de nossa época vem tirando toda a importância da imagem do pai na formação da personalidade das novas gerações. Usando a linguagem psicanalítica ele esclarece que:

O pai existe na palavra de uma mulher, do contrário ele não existe. Com efeito, a paternalidade é da ordem, não da verificação, mas da *fé*, do crédito dado à palavra de uma mãe, enquanto que ela não é *toda-mãe* voltada para a criança, mas primeiramente mulher (JULIEN, 1997, p. 47).

E esta criança que cresce sem a figura de autoridade (pai ou mãe), ou com a figura de um pai “sem moral”, ou sem créditos fornecidos pela mãe, como poderá ter sua formação equilibrada e ética? Como formar um futuro cidadão com livre-arbítrio, com regras de civilidade assimiladas, consciente de seus limites e projetos de vir-a-ser, se lhe faltou a marca da autoridade intrafamiliar? Talvez esta pessoa poderá se sentir desamparada ou abandonada, ou sustentará a ilusão de que ela “tudo pode”. Inclusive passar por cima da autoridade dos pais, para conseguir realizar o seu desejo. Os efeitos desta condição de insegurança, desnorreamento, ou arrogância poderão contribuir para formar uma geração sem projeto de futuro, revoltada, violenta, ou deprimida, etc.

Com o tempo, essa criança formada sem bússola [ética ou moral] não sabe para onde caminhar pela estrada da vida. Por um lado, existe a criança aparentemente livre, que na verdade se sente abandonada, visto que seus pais foram negligentes. (...) Por outro lado, aumenta o número de crianças mimadas, pequenos ditadores do lar, sem limites porque para elas “tudo pode”, inclusive mandar nos pais (Ora, os filhos têm algum poder, mas não possuem autoridade sobre os pais). (LIMA, 2009, p.115) [negrito nosso].

Diante deste contexto e ainda sob o olhar de La Taille (1998), a desestruturação familiar vem sendo digerida por nossa sociedade não como um problema a ser enfrentado e combatido, antes, é encarada como consequência de uma modernidade ou contemporaneidade que se instaura não somente em avanços tecnológicos e sim nessa estrutura de família que se encontra em ruínas. O autor alerta sobre a inversão de valores, que é relevante para compreendermos tal desestruturação: o velho era considerado sábio perante a sociedade, entretanto, atualmente “reverenciamos” o mundo infantil de modo a não questioná-lo ou refreá-lo; na tradição das diversas culturas ser velho era sinal sabedoria; em nossa época, no mundo ocidental, ser velho passou a ser antiquado e decadente. Por seu lado, os pais se inclinam para atender todas as vontades da criança, não demarcando os limites econômicos, e vendo a si próprios como ‘adultos’ incapazes para estabelecer limites e ensinamentos, deixando assim que a criança comande a condição familiar.

Diante desta realidade confusa sobre o que é educar atualmente, podemos atribuir à crise da instituição familiar onde os pais tem medo de saber menos (ou serem menos espertos em tecnologia) que seus filhos, e por isto se calam e recuam, quando deveriam sinalizar, comandar e educar. Existe ainda a possibilidade de sentirem medo ou culpados pelos atos necessários de educação.

Segundo La Taille (1998)

(...) devemos aproximar a criança da cultura, e não contrário. O adulto não deve engatinhar, pois é a criança que deve andar. Mas, se todos a sua volta engatinham, ou fazem de conta que engatinham, que motivo terá ela para se levantar? (LA TAILLE, 1998, p.33).

Partindo das observações expostas até aqui, entendemos que a criança necessita de adultos verdadeiramente responsáveis pelos atos educativos. Tal atitude inclui mais que palavras, atos, transmissão de princípios, valores e comando efetivo no processo educativo. Os filhos precisam sentir que os pais é que comandam a dinâmica familiar, são responsáveis pela manutenção do lar, à sobrevivência, saúde, educação informal e a o ensino escolar. Noutros termos, cabe aos pais “apresentar o mundo aos filhos” de forma que eles possam enfrentá-lo, e gradativamente serem instigados a se posicionarem diante de diferentes situações que a vida lhes oferece.

4 A ESFERA ESCOLAR: PRESSUPOSTOS E POSSÍVEIS SOLUÇÕES PARA A INSERÇÃO DE REGRAS

Observa-se um número significativo de agentes da escola desorientados com o “que fazer” com os alunos em desenvolvimento cognitivo e afetivo-emocional, pois apesar de termos uma sociedade a qual se modificou estruturalmente, ainda temos professores com formação ético-moral baseada em uma época que se foi, os quais tentam implementar “seus” princípios e valores conservadores em sala de aula, e obviamente encontram resistência e revolta de alunos, com ou sem consciência de seus limites de atuação. Ainda, temos educadores carentes de formação ética-moral atualizada ou conforme as novas demandas da sociedade contemporânea.

A educação dirigida por imposições morais (dever, obrigações, controle dos "bons" hábitos, disciplina, os frios regulamentos e códigos feitos de fora para dentro) não mais funciona. Esse tipo de educação tradicional e moralista funcionava no passado porque era sustentado por uma rede simbólica em vários setores da sociedade. Hoje essa rede simbólica está frágil. (LIMA, 2009, p.117).

Pedagogas e docentes em geral deveriam autoquestionar a formação original (conservadora) frente às demandas da atualidade, bem como repensar sobre o caminho que devemos percorrer no ambiente escolar cada vez mais complexo e inclusivo. Ou seja, como atender pedagogicamente a esse novo público (discente) que nos cerca? Porque, parece que a função do professor de nossa época vai além de ensinar conteúdos previstos pelo currículo. Ele deve também analisar e estudar seus alunos, sobretudo os alunos diferentes e difíceis, para assim acontecer a aprendizagem tanto curricular como extracurricular; este último aponta para um aprendizado voltado para a vida do discente ser digna e civilizada.

Negreiros e Miranda (*apud* LA TAILLE, 2002) tiveram de fato uma experiência vivenciada como estagiárias em um centro de educação infantil; estas se dedicaram a fazer uma reflexão sobre o que de fato leva as crianças a se comportarem de forma desenfreada sem nenhum limite. De acordo com elas, as mesmas

(...) falta de limites hoje encontrada nas escolas e no comportamento das crianças à ausência de princípios que permeia a convivência social e não só à inexistência de regras. (...) por si só, não educam ninguém; é preciso que princípios sejam inculcados na criança desde pequenas. (NEGREIROS; MIRANDA, 2011).

Tais princípios deveriam ser responsabilidade da família na qual a criança está inserida; entretanto fortes indícios apontam para o que antes era valor, como educação, respeito e ordem, hoje parecem ser meros adjetivos os quais são empilhados em um grande museu. Ainda de acordo com as autoras tal esvaziamento de valores é decorrente do processo de globalização cujo protagonista dominante é o capital.

Na sociedade do “ter”, o “ser” perde espaço para a aquisição exacerbada de bens de consumo. Dessa forma, os pais, em função do trabalho, passam pouquíssimo tempo com os filhos. Numa enorme quantidade de casos, as mães também trabalham fora e, conseqüentemente, não têm condições de dar a devida e necessária atenção às crianças, inviabilizando a transmissão de valores éticos e morais, indispensáveis para o bom convívio social (NEGREIROS; MIRANDA, op.cit.).

Desse modo, a globalização e todas as rápidas transformações tecnológicas vivenciadas pela sociedade contemporânea causam impacto sobre todas as estruturas atingindo até mesmo a familiar. A geração de pais e filhos “estou sem tempo”, tem impactado na elaboração de caráter e personalidade das crianças e adolescentes, causando até mesmo conflitos com a escola, onde estes muitas vezes passam a maior parte do seu dia; uma realidade a qual vivenciamos atitudes que parecem não seguir nenhuma regra para o mínimo de bom convívio social.

O uso das regras que até aqui nos referimos e defendemos vai além de simples ordens superficiais, ou seja, a criança deve ser levada a compreender que o que é imposto a ela tem significado e sentido. Cabe aos pais ou responsáveis a função de “educar com conscientização”, isto é, levar a criança a entender as conseqüências de seus atos e conhecer o caminho para transpor de forma positiva o que lhe é imposto.

Nesse sentido, La Taille (1998) afirma que ensinar a criança que não roubar é algo bom, ser generosa, entre outros, abre assim o caminho da prática de bons hábitos,

condição primeira para a formação de uma personalidade dotada de virtudes. Ou seja, as regras são meios de delimitar o caminho a ser seguido de forma a proteger a criança, porém cabe aos pais e docentes fazer com que esta não se renda a um mero conjunto de “regrinhas”, antes deve-se levar a criança a transcendê-las com seu estilo pessoal para vir a ser um adulto responsável e comprometido com a civilidade.

Educar uma criança, longe de ser apenas impor-lhes limite, é, antes de mais nada, ajudá-la cognitivamente e emocionalmente a transpô-los, ir além, pois “criança não deseja nada além do que não ser mais criança”.(LA TAILLE, 1998, p.15).

É necessário que a criança entenda que o limite e as regras devem ser respeitados, porém, os pais antes necessitam compreender que cada regra deve ser esclarecida sobre seu significado, e precisam ser negociadas ou impostas com o objetivo de a criança transpô-las de forma positiva, a exemplo dos jogos².

(...) colocação de limites é inevitável e necessária, mas apenas se lembrarmos que, junto com essa imposição deve haver o movimento contrário da transposição de limite. Educar moralmente é levar a criança a compreender que a moral exige de cada um o melhor de si, porque conhecer e interpretar princípios não é coisa simples: pede esforço, pede perseverança. (LA TAILLE, 1998, p.47).

La Taille (1996), também contribuiu com o primeiro capítulo “A indisciplina e o sentimento de vergonha”, do livro organizado por Júlio Groppa Aquino (1996). Nele, o autor busca analisar o problema escolar da indisciplina, o “[...] inimigo número um do educador atual” (AQUINO, op. cit., p.40), relacionando-o ao sentimento de vergonha. Para La Taille, a vergonha é um dos sinais da presença da moralidade, ou seja, sentir-se observado pelo outro, sentir-se avaliado pelo outro, faz com que nos constranjam se existem aspectos morais incutidos no sujeito. Todavia ele ressalta que

Hoje, o cinismo (negação de todo valor e, logo, de qualquer regra) explica melhor os desarranjos das salas de aulas. Anteontem, o professor falava a alunos dispostos a acatar; ontem, a certos alunos

² Porque cada jogo tem regras próprias. Assim, “saber jogar” implica antes de tudo respeitar tais regras, e desempenhar o melhor de suas potencialidades e habilidades.

(pré-) dispostos a discordar e propor; hoje, tem auditório de surdos. (LA TAILLE, 1996, p.10).

Desse modo, podemos observar a realidade atual onde o “auditório de surdos” que compõe a sala de aula, de sujeitos apáticos os quais parecem falar uma “outra língua”, a qual é desconhecida do docente que parece viver em outro mundo. Questionamos, então: o que aconteceu com o sentimento da vergonha, o qual nos rodeia, validando atos e velando até mesmo por um bom comportamento a disciplina?

Vale dizer que, desde cedo, o medo de “passar vergonha” perante os olhos da pessoa amada é motivação forte, e também explica a obediência da criança pequena (escrevo “também” porque o medo do castigo e da perda de cuidado estão evidentemente presentes). (LA TAILLE, 1996, p.15).

De acordo com La Taille (1996) a criança pequena teme tal vergonha, por um medo direto da perda do amor, para ela o desapontamento é algo temido, fazer com que se perca a confiança da pessoa que se ama é algo inaceitável. O autor ainda pontua algo determinante afirmando que o desavergonhado é “incontrolável” pelo olhar moral da sociedade; diante disto temos duas facetas: o sujeito moral o qual sente vergonha de seus atos errôneos e o indivíduo desavergonhado. Neste segundo não há presença de princípios de moralidade e não se espera que se recue diante de um mal ato. “Não sentirão nem vergonha, nem orgulho de suas balburdias. Não sentirão nada. O olhar reprovador do professor não terá efeito: seus cenários são outros, suas plateias são outras” (LA TAILLE, 1996, p.20).

É evidente que a escola atualmente está diante de outro público, o qual tem presente muito mais o desavergonhado, o indisciplinado. Ainda La Taille (1996, p. 10, citando KANT, s.d.) esclarece que a disciplina é condição necessária para arrancar o homem de sua condição natural selvagem, de puro instinto, para a condição de ser sujeito civilizado. Sendo assim, pensamos que nossa sociedade perdeu certos esteios estruturantes da personalidade moral, pois confunde educar e escolarizar, indisciplinar, incivilidade e violência, regras de convivência e respeito para com os outros, exercer a autoridade e autoritarismo, entre outros.

Tomemos então um novo rumo, pensar como as crianças de nossa época, carregadas de informação tecnologizada, parecem resistentes a assimilar valores morais, e atitude de cidadania. Para Aquino (1996), o diagnóstico que segue é que o homem pós-moderno sofre com as tiranias da intimidade. Para o autor, o ser humano perdeu o valor do público, o sentido de comunidade, e seu interesse volta-se somente para o individualismo alienante. Parece que cada vez mais os indivíduos se fecham somente em seu mundo privado, não se importando com o 'próximo' (no sentido cristão). Afinal, tais indivíduos são produtos de nossa sociedade.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao compreendermos que regras e normas estão aquém do que simples proibições e de fato relacionam-se diretamente com a moralidade e a ética, percebemos a dificuldade de pais transmití-las no mundo contemporâneo. Parece que a nova geração de pais se sente impotente ou confusa sobre como usar palavras e atos no processo educativo. Tal como os jogos, as regras estão presentes em todos os setores de nossa vida social sejam no momento de lazer, estudo, trabalho. Então, como delimitar o que é atribuição dos pais ou responsáveis e o que é função da escola?

O que não pode de forma alguma acontecer é o silêncio e indiferença para este problema. Enquanto futura docente penso que devemos continuar a em busca de um processo de mudança, mas, de uma forma que possamos interagir e compreender o contexto que estamos inseridos, de transição de valores; a resposta e solução talvez esteja muito além, entretanto não devemos silenciar.

Convivemos no ambiente escolar com uma geração carente de laço familiar, de bons ensinamentos e de regras de convivência, as quais devem ser transcendidas pela criança. Porém, estamos carentes também de adultos que de fato ajam com maturidade diante de um ser que não é responsável por seus atos, conduza e ensine a criança a ficar “ereta” não somente fisicamente, mas moralmente e eticamente. A criança deve percorrer o caminho do adulto e não o contrário; ela deve ser orientada, sim, mas não reprimida e nem dirigida nas suas escolhas. Os pais devem refletir sobre a formação que tem dado a seus filhos, para que no futuro tenham de fato adultos e não “adultocentes” (mais adolescentes que adultos de fato) os quais tem ocupado uma nova fase em nossa geração.

O estudo aqui desenvolvido nos mostrou que estamos diante um cenário onde alguns professores e pais encontram-se sem direção e despreparados para sua real atuação, a qual consiste em instruir e guiar as crianças, talvez isto se deva à sociedade em um momento de transição onde os valores e a moralidade vem dissolvendo-se, “pedindo” por uma nova “cartilha” mais atual e condizente com esta modernização. Todavia, tal reelaboração não deve influenciar no que de fato deve permanecer, ou

seja, a utilização de regras e limites, antes, o que deve acontecer é a reestruturação de metodologias diante de crianças que conseguem através da tecnologia fácil acesso ao mundo, usando-a à favor da educação e da escolarização.

Esperamos que tal pesquisa fomenta outras, que problematizam a relação entre as regras e os pais e professores, tanto para o avanço do conhecimento sistemático como para que possamos de fato promover trabalhos que venham de encontro com o novo contexto que se encontra nossa sociedade complexa.

REFERÊNCIAS

- ARENDDT, Hanna. A crise na educação. In: **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- CASTELS, Manuel. O fim do patriarcalismo: movimentos sociais, família e sexualidade na era da informação. In: **A era da informação; economia, sociedade e cultura. Poder e identidade**. v.2. São Paulo: Paz e Terra, 1999. p.169-285.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio**: o dicionário da língua portuguesa; coordenação de edição Marina Baird Ferreira8. ed.. Curitiba: Positivo, 2010..
- IMBERT, Francis. **A questão da ética no campo educativo**. Petrópolis: Vozes, 2001.
- JAPIASSU, Hinton.; MARCONDES, Danilo. **Dicionário básico de filosofia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1991.
- JULIEN, Philippe. **A feminidade velada**: aliança conjugal e modernidade. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 1997.
- LA TAILLE, Yves. A indisciplina e o sentimento de vergonha. In: **Indisciplina na escola**: alternativas teorias e práticas. São Paulo: Summus, 1994, p. 09-23.
- LA TAILLE, Yves. **Limites**: três dimensões educacionais. São Paulo: Ática, 1998.
- LA TAILLE, Yves. **Moral e ética**: dimensões intelectuais e afetivas. Porto Alegre: Artmed, 2006. p. 09-29.
- LIMA, Raymundo. O declínio da autoridade: efeitos na família e na escola. In: **Educação no século XX**: múltiplos olhares. Maringá: Eduem, 2009.
- NEGREIROS, F. L.; MIRANDA, M. N. **A importância dos limites na educação infantil**. Disponível em <<http://faculdadedearuja.blogspot.com.br/2011/03/importancia-dos-limites-na-educacao.html>> Acesso em 14 de março de 2014.
- SAYÃO, Rosely. **Regras coletivas** [e outros ensaios] 2010. Disponível em: <<http://blogdaroselysayao.blog.uol.com.br/>> Acesso em 14 de março de 2014.